

# Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 21 de julho de 2021 • Nº 1114 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## BISPOS CORRUPTOS

# Angola rejeita receber delegação pró-Universal

O presidente de Angola, João Manuel Lourenço, rejeitou receber uma delegação parlamentar brasileira para defender os interesses da Igreja Universal do Reino de Deus no país africano. O pedido para que Lourenço

aceitasse se encontrar com uma missão liderada pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), bispo licenciado da Universal, foi feito pelo vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB), que se encontrou com o líder

angolano na semana passada. Mourão viajou a Luanda para a cúpula da CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa) e teve uma reunião bilateral com Lourenço. **PÁGINA 4**

## EM DEFESA PRÓPRIA

PEDRO FRANÇA/AGENCIA SENADO



## BANCO MUNDIAL

# Crise da pandemia de Covid vai afetar salários por 9 anos

O relatório do Banco Mundial "Emprego em Crise: Trajetória para Melhores Empregos na América Latina Pós-covid-19" alerta que os efeitos da pandemia da Covid-19 podem afetar, por até nove anos, os salários dos trabalhadores médios do país. De acordo com o documento, a crise gerada pela pandemia vai afetar o mercado de trabalho no

Brasil e na América Latina por um longo período, inclusive com efeito negativo sobre empregos e salários. "No Brasil e no Equador, embora os trabalhadores com ensino superior não sofram os impactos de uma crise em termos salariais, e sofram apenas impactos de curta duração em matéria de emprego", diz o relatório. **PÁGINA 2**

## CPI DA COVID

FAZENDA.GOV.BR



# Bolsonaro anuncia que vai reconduzir Aras na PGR

presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que encaminhou ao Senado a proposta de recondução de Augusto Aras (foto) para a Procuradoria-Geral da República. A mensagem foi publicada pelo mandatário no Twitter. "Encaminhei ao Senado Federal mensagem na qual proponho a recondução ao cargo de Procurador-Geral da República o Sr. Antônio Augusto Aras", escreveu Bolsonaro. Em nota, Aras agradeceu ao presidente. "Honrado com a recondução para o cargo de procurador-geral da República, reafirmo meu compromisso de bem e fielmente cumprir a Constituição e as leis do país." O anúncio da recondução ocorre em um momento de pressão política tanto a Bolsonaro como a Aras, indicado pelo presidente nas duas oportunidades fora da lista tríplice elaborada pelos procuradores da República. **PÁGINA 3**

# Secretário de Guedes ajudou a atrapalhar na compra de vacina

Emails entregues à CPI da Covid no Senado mostram que o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Economia, Miguel Ragoni (foto), acompanhou as discussões das minutas da MP (medida provisória) das vacinas. A comissão, porém, Mattos afirmou que a pasta tratou do assunto na fase de sanção. A MP entrou na mira da CPI porque um dispositivo que facilitava a compra de imunizantes de Pfizer e Janssen sumiu da versão publicada em janeiro. Os debates foram feitos em dezembro de 2020, e o texto foi sancionado em março. As farmacêuticas exigiam que a União assumisse riscos em caso de efeitos colaterais. Para isso, uma das minutas continha um artigo que autorizava o governo a constituir garantias ou contratar seguros. Como o jornal Folha de S.Paulo mostrou ontem, a resistência do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, tanto por negacionismo como pela preocupação com risco fiscal, atrasaram a compra das vacinas da Pfizer. Agora a CPI quer saber por que um dispositivo que facilitava a aquisição de vacinas da Pfizer e da Janssen foi eliminado da MP publicada em janeiro. **PÁGINA 3**

## EXPANSÃO

# Caixa vai abrir mais 268 agências até o fim do ano

**PÁGINA 2**

## COMBATE A COVID

# BNDES quer mais R\$ 100 milhões

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quer conseguir mais R\$ 100 milhões para o match-funding (tipo de financiamento coletivo) Salvando Vidas. A ação é coordenada pela instituição com o apoio da Sitawi Finanças do Bem, Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CBM), Bionexo do Brasil e Ernst&Young (EY). A iniciativa capta recursos de entidades públicas e privadas para ações de combate à covid-19. Em

cada real doado, mais um é acrescentado pelo BNDES. Para isso, o banco reservou R\$ 50 milhões do Fundo Socioambiental. O Salvando Vidas já doou mais de R\$ 110 milhões em recursos que apoiaram o combate à pandemia. O dinheiro será revertido para a compra de equipamentos e insumos necessários à atuação de hospitais públicos e filantrópicos que atendem, pelo menos, 50% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). **PÁGINA 2**

## INDICADORES

IBOVESPA: 0,81% / 125.401,36 / 1.006,79 / Volume: 25.118.542.638 / Quantidade: 3.258.813			Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,60% (jun.)	EURO turismo									
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas		Fechamento		%	Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,53% (jun.)	Compra: 6,2209	Venda: 6,4009		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Taxa Selic	(16/06)	0,25%	0,21	até o dia 19/jul	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,2459	Venda: 5,2465
JBS ON NM	30,61	+6,69	+1,92	HAPVIDA ON NM	14,75	-3,02	-0,46	PETROBRAS PN N2	26,59	+1,33	+0,35	NASDAQ Composite	14.498,877	+1,57	DÓLAR comercial	Compra: 5,2301	Venda: 5,2307	
EMBRAR ON NM	18,32	+5,90	+1,02	INTERMEDICA ON NM	81,92	-2,36	-1,98	VALE ON NM	113,10	+0,84	+0,94	Euro STOXX 50	3.956,72	+0,84	BM&F/grama	R\$ 300,50		
LOJAS AMERICPN EC N1	8,33	+5,44	+0,43	MRV ON NM	15,76	-1,99	-0,32	BRADESCO PN N1	24,38	+1,54	+0,37	CAC 40	6.346,85	+0,81	EURO Comercial	Compra: 6,1615	Venda: 6,1622	
MARFRIG ON NM	19,67	+4,24	+0,80	EZTEC ON NM	29,16	-1,88	-0,56	JBS ON NM	30,61	+6,69	+1,92	FTSE 100	6.881,13	+0,54	DÓLAR turismo	Compra: 5,2410	Venda: 5,4210	
GOL PN N2	21,53	+3,51	+0,73	CYRELA REALTON NM	22,44	-0,88	-0,20	ITAUNIBANCO PN N1	29,28	+1,31	+0,38	DAX	15.216,27	+0,55				

DocuSigned by:

Autêntico  
Diário do Acionista

6BF767B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA  
ao fazer o download em nosso site  
www.diariodoacionista.com.br



## MERCADOS



## Após baque na segunda, Bovespa avança 0,8% com correção de preços

ISABELA BOLZANI/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) retomou os 125 mil pontos ontem, em um pregão marcado pela correção de preços e de posições de investidores após as fortes quedas vistas na véspera.

O Ibovespa (Índice Bovespa), principal índice acionário do país, encerrou a sessão em alta de 0,8%.

Segundo analistas, apesar do receio diante da disparada de novos casos de coronavírus, relacionada à variante, a recuperação dos preços do petróleo e dos mercados acionários internacionais acabou sendo positivo para a Bovespa.

Além dos preços atrativos, o impulso do setor financeiro na Bolsa de Valores também vem das expectativas dos investidores em relação à temporada de balanços no Brasil.

As blue chips - nome dado pelo mercado às ações de empresas em boa condição financeira e consolidadas entre as líderes do ramo - foram desta-

que na sessão.

Além dos papéis de grandes bancos, a Vale subiu 0,74% e a Petrobras registrou ganhos de 1,29% nas preferenciais (sem direito a voto) e de 1,63% nas ordinárias (com direito a voto) - também refletindo a melhora nos preços do petróleo.

O petróleo tipo Brent, padrão internacional, subiu 0,82%, cotado em US\$ 69,18 (R\$ 362,95).

No exterior, os índices americanos também encerraram o dia em alta. Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq fecharam com ganhos de 1,62%, 1,52% e 1,57%, respectivamente. Na Europa, o Euro Stoxx 50, um dos principais índices da região, subiu 0,71%.

O dólar, que teve uma sessão volátil nesta terça, acabou devolvendo apenas parte da alta registrada na véspera - também um reflexo da melhora de clima no Brasil e no mundo.

A moeda encerrou com queda de 0,38%, cotado em R\$ 5,23.

## REFORMA

## Médicos, advogados e indústria reagem a taxaço de dividendos

A taxaço de dividendos, um dos pontos de maior impacto no projeto de lei que altera o Imposto de Renda, está sob ataque de diferentes entidades setoriais. Categorias como advogados e médicos, além de representantes da indústria e até do mercado financeiro, querem flexibilizar a proposta para contar com isenções parciais ou integrais no uso do instrumento.

De acordo com os cálculos da Receita Federal, a tributação de 20% dos dividendos (somada ao fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio) é o item que mais gera arrecadação na proposta do governo (mais de R\$ 32 bilhões anuais aos cofres públicos a partir de 2023).

Uma desidratação nesse ponto desequilibraria ainda mais a proposta, cujo impacto líquido nas contas públicas é negativo em quase R\$ 30 bilhões por ano. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) planeja intensificar sua articulação no Congresso para criar uma proteção aos profissionais liberais, para que os dividendos recebidos por eles continuem livres.

Pela proposta do governo e do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o instrumento passaria a ser cobrado tanto nesses casos como para investidores do mercado financeiro (ao investir na Bolsa, por exemplo). Eduardo Maneira, presi-

dente da Comissão Especial de Tributação da OAB, afirma que a ideia é inserir a isenção para todas as profissões regulamentadas por lei que atuam por meio de pessoa jurídica - o que abrange profissionais liberais como médicos e advogados, além de engenheiros, veterinários, e outros casos. "Tem que haver uma tributação diferenciada", afirma.

A OAB afirma que a taxaço sobre os profissionais acabaria estimulando o uso de artifícios contábeis como o registro de despesas pessoais (como viagens ou jantares) nas contas da empresa, para reduzir o cálculo de tributação dos dividendos.

Para Maneira, se o objetivo é tributar mais esses profissionais, o melhor caminho seria elevar as alíquotas cobradas diretamente das firmas (não da pessoa física acionista).

Outro ponto da OAB é que a isenção de R\$ 20 mil por mês seria estendida a empresas de todos os tamanhos (na atual proposta, o benefício vale apenas quando o dividendo é pago por micro e pequenas empresas).

Segundo Maneira, profissionais podem ter o mesmo lucro mensal em tamanhos diferentes de empresas, e por isso ele critica a diferença de tributação a ser gerada pela proposta. "Ou a regra vale para todos ou é injusta", disse.

## BANCO MUNDIAL

# Crise da pandemia vai afetar salários por 9 anos

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O relatório do Banco Mundial "Emprego em Crise: Trajetória para Melhores Empregos na América Latina Pós-covid-19" alerta que os efeitos da pandemia da covid-19 podem afetar, por até nove anos, os salários dos trabalhadores médios do país.

De acordo com o documento, a crise gerada pela pandemia vai afetar o mercado de trabalho no Brasil e na América Latina por um longo período, inclusive com efeito negativo sobre empregos e salários.

"No Brasil e no Equador, embora os trabalhadores com ensino superior não sofram os impactos de uma crise em termos salariais, e sofram apenas impactos de curta duração em matéria de emprego, os efeitos sobre o emprego e os salários do trabalhador médio ainda perduram nove anos após o início da crise", diz o relatório.

O relatório aponta que essa situação vai deixar cicatrizes, como o aumento do desemprego, na informalidade e também redução dos salários.

"Na região da ALC (América Latina e Caribe, as cicatrizes são mais intensas para os trabalhado-

res menos qualificados, sem ensino superior", diz o documento.

O documento foi divulgado em junho, e ontem de manhã um webinar (seminário pela internet) com os autores aprofundou o diagnóstico. O documento também recomenda modificações no seguro-desemprego e maior atenção às políticas de inclusão de trabalhadores informais no mercado de trabalho, especialmente no cenário pós-pandemia.

"A crise econômica gerada pela pandemia da covid-19 ressaltou a importância de renovar os instrumentos de proteção social a fim de proteger a renda contra os choques canalizados por meio do mercado de trabalho, no Brasil e no mundo", afirma o documento.

O relatório aponta que o seguro-desemprego acaba tendo um papel limitado na proteção social aos trabalhadores, "pois aqueles que são mais afetados pelas crises econômicas, como a causada pela pandemia, a exemplo dos trabalhadores informais e autônomos formais, são ineligíveis para receber o benefício".

## BENEFÍCIOS

Em 2019, no Brasil, somente 17,7% da média mensal de tra-

balhadores desempregados (12,6 milhões) receberam benefícios de desemprego, podendo contar apenas com o Bolsa Família para a proteção mínima da renda, quando elegíveis.

O relatório também mostra que outro ponto a ser considerado é o de que o período de pagamento do seguro no país, que varia de três a cinco meses, é inferior ao de outros países comparados. Além disso, o acesso ao benefício é um pouco mais difícil no Brasil do que em outros países. Atualmente, para ter direito ao seguro-desemprego pela primeira vez é preciso ter trabalhado com carteira assinada em 12 dos últimos 18 meses anteriores ao desligamento.

"O alto valor do pagamento inicial dos programas de desemprego, juntamente com sua curta duração, resultam em incentivos ao uso excessivo de benefícios do desemprego, mas com um apoio abaixo do ideal, que não beneficia aqueles propensos a períodos de desemprego mais longos", diz o relatório.

O relatório destaca que também faltam políticas de apoio para auxiliar os trabalhadores que estão buscando emprego de forma autônoma.

"Para enfrentar esses desa-

fos, serão necessárias reformas regulatórias dos atuais benefícios de desemprego e reinvestimentos das economias para desenvolver sistemas de apoio modernos que reduzam o risco moral, mas também atendam a medida menos protegida do mercado de trabalho, para quem quase nenhuma despesa é dedicada", defende o relatório.

Uma das recomendações propostas é a de que, para melhorar a cobertura do seguro-desemprego, o período de carência para elegibilidade ao primeiro pedido seja reduzido, e a exigência para pedidos subsequentes, aumentada. Outra possibilidade é de que um menor peso de contribuição poderia ser atribuído a períodos de contribuição ininterruptos.

O documento sugere ainda a adoção de programas de seguro-desemprego para os trabalhadores autônomos formais. Alguns desses programas já existem em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). Esses programas, tendem a ter critérios de elegibilidade mais rigorosos do que para os trabalhadores formais assalariados, incluindo a comprovação de falência ou fechamento involuntário da empresa.

## RECURSOS

## BNDES quer mais R\$ 100 milhões para financiar combate à Covid-19

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quer conseguir mais R\$ 100 milhões para o matchfunding (tipo de financiamento coletivo) Salvando Vidas. A ação é coordenada pela instituição com o apoio da Sitawi Finanças do Bem, Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CBM), Bionexo do Brasil e Ernst&Young (EY). A iniciativa capta recursos de entidades públicas e privadas para ações de combate à covid-19. Em cada real doado, mais um é acrescentado pelo BNDES. Para isso, o banco reservou R\$ 50 milhões do Fundo Socioambiental.

O Salvando Vidas já doou mais de R\$ 110 milhões em re-

ursos que apoiaram o combate à pandemia. O dinheiro será revertido para a compra de equipamentos e insumos necessários à atuação de hospitais públicos e filantrópicos que atendem, pelo menos, 50% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O BNDES estima que a nova etapa do Salvando Vidas dure 12 meses, com o encerramento em junho de 2022, e que nesta nova fase o financiamento coletivo possa favorecer a campanha de vacinação contra a covid-19, "especialmente por meio da destinação de câmaras de conservação de vacinas e outros equipamentos a instituições públicas". Segundo o banco, já foram adquiridos dez refrigeradores para vacinas.

Na apresentação da nova fa-

se, em transmissão pelo YouTube segunda-feira, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, disse que o sucesso do financiamento coletivo mostra que é possível juntar os setores público e privado e a sociedade civil. "Este é um exemplo muito claro do potencial do que a gente pode transformar e criar de valor para a sociedade quando trabalha em parceria: o setor público, o setor privado e a sociedade civil".

Os recursos permitiram a compra de quase 60 milhões de Equipamentos de Proteção Individual, entre máscaras, luvas, toucas, aventais e álcool em gel, para profissionais de saúde e pacientes. Com a crise de oxigênio em diversas regiões do Brasil, desde janeiro o projeto direcionou esforços também para a aquisição de cilindros e usinas.

"Até o momento, foram entregues 10 respiradores, 130 cilindros de oxigênio para hospitais públicos da Região Amazônica e uma usina de oxigênio para Roraima. Outras 14 usinas, destinadas a diferentes regiões do país, estão contratadas", informou o BNDES.

## DOAÇÕES

O Salvando Vidas teve reforço de mais R\$ 2,4 milhões, com novas doações de R\$ 500 mil realizadas pelas empresas do grupo B3, R\$ 710 mil da Vicunha e de R\$ 1,22 milhão da Sinop Energia. Com o cumprimento das regras do matchfunding, o BNDES dobrará o valor recebido. O resultado é que as novas doações vão alcançar R\$ 4,8 milhões em recursos para a compra de insumos e equipamentos.

## AGÊNCIAS

## Caixa anuncia abertura de 268 novas unidades até o fim do ano

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem a abertura de 268 unidades em todo o país até o fim do ano. Desse total, 168 unidades serão de varejo (voltada para todos os clientes) e 100 serão dedicadas ao agronegócio.

Das 168 unidades de varejo, 70 serão abertas na Região Nordeste: 24 no Maranhão, 17 no

Ceará, 11 em Pernambuco, 8 na Paraíba, 4 na Bahia, 2 no Piauí, 2 no Rio Grande do Norte, 1 em Sergipe e 1 em Alagoas. Na Região Norte, são 50 novas unidades: 28 no Pará, 14 no Amazonas, 4 em Rondônia e 2 no Amapá.

No Sudeste, serão inauguradas 30 unidades: 13 em São Paulo, 7 em Minas Gerais, 7 no Rio de Janeiro e 3 no Espírito Santo. No Centro-Oeste, a Caixa abrirá

14 unidades: 7 no Mato Grosso, 5 no Mato Grosso do Sul e 1 em Goiás. O Sul receberá quatro unidades de varejo: 2 em Santa Catarina, 1 no Paraná e 1 no Rio Grande do Sul.

As unidades voltadas ao agronegócio serão abertas em todos os estados. A primeira agência especializada foi inaugurada no início deste mês em Dourados (MS).

Com a abertura das unida-

des, o banco passará a estar presente em todos os municípios brasileiros com mais de 40 mil habitantes. O plano de expansão prevê que a Caixa alcançará 4,5 mil unidades próprias, entre agências e unidades especializadas. Além desses pontos, o banco tem 8.985 correspondentes bancários, 13.226 unidades lotéricas, além de agências-barco e agências-caminhão.

## CASA &amp; VÍDEO BRASIL S.A.

CNPJ/ME nº 11.114.284/0001-63 - NIRE 333.0029179-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2021 ÀS 18 HORAS: Arquivada na Jucerja sob nº 00004157365 em 19/07/2021.

## CONCESSÃO DE LICENÇA

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A. - CNPJ 45.987.005/0193-79 torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.399/2016, Licença Ambiental Municipal (LMO Nº 002800/2021) com validade de 120 meses para a atividade 31.22.34 - Estocagem de produtos não perigosos, na Rua João Torquato, nº 216 - Bonsucesso - Rio de Janeiro/RJ.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro  
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



## CPI DA COVID

# Secretário de Guedes ajudou a atrapalhar a compra de vacina

WILLIAM CASTANHO, MATEUS VARGAS E BERNARDO CARAM/FOLHAPRESS

Emails entregues à CPI da Covid no Senado mostram que o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Economia, Miguel Ragone de Mattos, acompanhou as discussões das minutas da MP (medida provisória) das vacinas. A comissão, porém, Mattos afirmou que a pasta tratou do assunto na fase de sanção.

A MP entrou na mira da CPI porque um dispositivo que facilitava a compra de imunizantes de Pfizer e Janssen sumiu da versão publicada em janeiro. Os debates foram feitos em dezembro de 2020, e o texto foi sancionado em março.

As farmacêuticas exigiam que a União assumisse riscos em caso de efeitos colaterais. Para isso, uma das minutas continha um artigo que autorizava o governo a constituir garantias ou contratar seguros.

Como o jornal Folha de S.Paulo mostrou ontem, a resistência do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, tanto por negacionismo como pela preocupação com risco fiscal, atrasaram a compra das vacinas da Pfizer.

Agora a CPI quer saber por que um dispositivo que facilitava a aquisição de vacinas da Pfizer e da Janssen foi eliminado da MP publicada em janeiro. Uma das minutas autorizava a União a assumir riscos e custos de eventuais efeitos adversos dos imunizantes, exigência das farmacêuticas.

A pedido do vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), as pastas da Economia, Saúde, Justiça, Casa Civil, AGU (Advocacia-Geral da União) e CGU (Controladoria-Geral da União) entregaram documentos sobre a MP das vacinas.

Randolfe pediu minutas e posicionamentos, além de solicitar "notas técnicas, pareceres, comunicações com outros órgãos" no processo de elaboração da medida provisória.

Em despacho enviado à CPI, Miguel Ragone de Mattos afirmou que "a manifestação do Ministério da Economia relativa à referida medida provisória restringiu-se à fase de sanção do projeto de lei de conversão nº 1, de 2021, no sentido de não haver na matéria tratada competência afeta".

Em emails entregues pela AGU, porém, Mattos aparece entre os destinatários de duas mensagens sobre os rascunhos da MP. Procurado, o Ministério da Economia reconheceu que participou de "reuniões na fase final de elaboração do texto".

A primeira mensagem eletrônica é de 12h22 do dia 23 de dezembro. "Conforme combinado, encaminho anexa minuta da medida provisória discutida na reunião de hoje", escreveu Kamyle Medina Monte Rey, supervisora nas Subchefias de Política Econômica e de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil.

Mais dois servidores da Economia constam como destinatários - Gustavo Lino, analista de Planejamento e Orçamento, e Mario Neves, diretor do Departamento de Programas das Áreas Social e Especial.

De acordo com a Economia, não é incomum que as áreas técnicas da pasta sejam chamadas a essas agendas, mesmo que não esteja definida a competência do órgão para a assinatura das propostas.

Outro email, de 13h36 de 29 de dezembro, também da Subchefia de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil, traz Mattos de novo entre os destinatários.

"Conforme reunião realizada agora pela manhã, sob a coordenação da Casa Civil, encaminhamos a versão final da minuta de medida provisória", disse a mensagem sem signatário.

"Resaltamos que todos os documentos, inclusive os pareceres, devem estar no Sidof (Sistema de Geração e Tramitação de Documentos) até as 16h de hoje."

A partir daí, Mattos não contou mais das mensagens eletrônicas apresentadas à CPI. A MP foi publicada no dia 6 de janeiro sem acatar a exigência das farmacêuticas. Segundo a Economia, em relação às reuniões citadas, não houve por parte da Secretaria de Orçamento Federal nem do secretário-executivo-adjunto sugestões de inclusão ou exclusão do artigo que facilitava a compra dos imunizantes.

"As opiniões eventualmente emitidas pelos técnicos da secretaria presentes nas reuniões citadas se referiram apenas às necessidades de estimativas de impacto orçamentário, conforme exigido pela legislação vigente, no caso de eventual responsabilização da União", afirmou a pasta.

À CPI Guedes entregou um ofício com um despacho de Mattos. O documento omite a participação de técnicos da pasta nas reuniões que discutiram a elaboração da MP e o recebimento de versões do texto por membros do ministério.

Além disso, uma nota técnica de Marilândia Araújo, coordenadora-geral de Assuntos de Saúde e Atos Normativos do Ministério da Saúde, mostra o envolvimento do time de Guedes desde o início do processo.

"Primeiramente, cumpre salientar que as três minutas de medida provisória foram objeto de discussão em reuniões, com a participação de diversos órgãos, como Presidência da República (Casa Civil, Secretaria-Geral e Secretaria de Governo), Ministério da Saúde, Ministério da Economia, Advocacia-Geral da União e Controladoria-Geral da União", escreveu.

Em outro documento, ela lembrou que o dispositivo era "uma das cláusulas exigidas pelos fabricantes para o fornecimento de vacinas contra Covid-19". Os autos traziam memorandos da Pfizer e da Janssen.

Nota técnica da CGU chanceou a ideia. "Sem adentrar no mérito dos aspectos relacionados às finanças públicas, entende-se que esse instrumento é pertinente", escreveram Rodrigo Eloy Arantes, auditor federal de Finanças e Controle, e José Paulo Julietti Barbieri, diretor de Auditoria em Políticas Sociais.

Em parecer, Fernando Luiz Albuquerque Faria, diretor do Departamento de Análise de Atos Normativos da AGU, afirmou que, "diante do fato de que a vacina contra a Covid-19 teve um tempo de testagem menor comparado com outras vacinas, mostra-se razoável que os laboratórios demandem que o Estado assuma o risco por efeitos adversos".

De acordo com Faria, constituir garantia não afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Técnicos da Saúde afirmam não saber o motivo da supressão do dispositivo. Sob o juramento de falar a verdade em depoimento na CPI, o ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco culpou a equipe de Guedes.

Segundo relatos à Folha de S.Paulo, havia também resistência da própria chefia da Saúde em

reconhecer que o portfólio de vacinas deveria ser ampliado. Essa resistência era fortalecida por declarações de Bolsonaro.

Na leitura desses técnicos, havia soberba nas negociações. O ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, que chegou a chamar as cláusulas da Pfizer e Janssen, afirmou em 21 de janeiro que a pasta receberia avalanche de propostas.

Em fevereiro a pressão por ampliar a oferta de doses aumentou. Nesse cenário ganharam importância as negociações pela Sputnik V, com a União Química, e da Covaxin, via Precisa Medicamentos.

"As investigações da CPI apontam que nós temos indícios do porquê negligenciavam tanto a vacina da Pfizer. É porque queriam Covaxin, é porque queriam os negócios com a Davati, é porque queriam os negócios com a exótica World Brands (para compra da Coronavac pelo triplo do preço). Estavam na prática querendo transformar a vacina em negócio, e não enfrentar a pandemia", disse Randolfe.

Procurado, o Ministério da Saúde disse que o tema era da Casa Civil, que, por meio da Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social), afirmou que "todos os esclarecimentos solicitados pela CPI já foram devidamente encaminhados pelas pastas demandadas".

O Ministério da Economia informou que participa de todas as reuniões convocadas pelo Palácio do Planalto no intuito de estar disponível a contribuir caso o assunto em questão necessite, mas não se posiciona em matéria que não está sob sua competência.

O órgão ressaltou que não recebeu solicitação formal para elaborar pareceres sobre o assunto, "motivo pelo qual não foram proferidos". Sobre os debates, a pasta afirmou que efetivamente houve participação de seus servidores em reuniões de caráter técnico.

Especificamente em relação ao artigo que previa a responsabilização da União por eventuais efeitos adversos, o ministério informou que "não se posicionou contrariamente".

Segundo a pasta, mesmo não sendo coautor da MP, Guedes determinou que as equipes técnicas deveriam colaborar, se demandadas, e não deu orientação para que se posicionassem contrariamente ao artigo.

## EDUCAÇÃO

# Alunos do ensino médio terão uma aula a mais por dia em 2022

ISABELA PALHARES/FOLHAPRESS

Os alunos do 2º e 3º anos do ensino médio das escolas estaduais de São Paulo terão uma aula a mais por dia a partir do próximo ano.

O secretário estadual de Educação, Rossieli Soares, informou que as aulas adicionais poderão ser dadas de forma remota, pelo Centro de Mídias. "Aqui nasce o verdadeiro ensino híbrido", disse ontem.

Atualmente, os estudantes dessas séries têm sete aulas por dia no turno diário. A ampliação será progressiva. A partir de 2022, o 2º ano do ensino médio passará a ter 8 aulas diárias. Em 2023, a medida será estendida ao 3º ano.

Para as turmas do período noturno, a ampliação para 8 aulas diárias irá ocorrer já a partir do 1º ano do ensino médio.

O governo João Dória (PSDB) aposta na ampliação do tempo dos alunos em sala de aula para mitigar os prejuízos de aprendizagem durante a pandemia.

A aula adicional no formato remoto também foi a forma encontrada pela gestão estadual para cumprir a carga horária prevista pela reforma do ensino médio no período noturno. Pela lei, no novo formato, os estudantes devem ter 3.000 horas de aula nos 3 anos dessa etapa.

A legislação já previa que até 30% das aulas do noturno poderiam ser dadas na modalidade a distância - no período diurno, o limite é de 20%.

As aulas na rede estadual têm 45 minutos de duração. Com a ampliação, os alunos do diurno terão por semana 3h45 minutos a mais de aulas. Os do noturno, 6 horas adicionais por semana.

Hoje, as turmas do noturno na rede estadual têm apenas 5 aulas diárias, o que não permitia alcançar as 3.000 horas previstas no novo ensino médio. As turmas diurnas já ultrapassavam essa carga horária, com a mudança vão passar de 3.050 para 3.150 horas nessa etapa.

Segundo Soares, as aulas adicionais serão voltadas para orientação de estudos e disciplinas eletivas, escolhidas pelos alunos.

Segundo Soares, as escolas vão definir de acordo com sua realidade como serão as aulas adicionais, se presenciais ou remotas.

O secretário informou ainda que os alunos e unidades receberão equipamentos e internet para que possam acompanhar o ensino a distância. Não foi de-

talhado como será esse suporte digital. Durante a suspensão das aulas presenciais, os estudantes da rede estadual tiveram dificuldade de acompanhar as atividades remotas.

O novo currículo do ensino médio começou a ser implantado em São Paulo neste ano para mais de 460 mil alunos matriculados na 1ª série dessa etapa.

A reforma do ensino médio foi aprovada em 2017, no governo Michel Temer (MDB), para todo o país, com a previsão de flexibilizar a formação do aluno. A gestão Jair Bolsonaro (sem partido) definiu que a implementação total do novo modelo deve ocorrer até 2024.

Pela lei, o novo currículo deve oferecer ao menos cinco itinerários formativos: linguagens; matemática; ciências da natureza; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional. Isso quer dizer que, além das matérias tradicionais, o jovem define um itinerário e pode escolher disciplinas eletivas voltadas ao seu interesse.

A secretaria fez uma pesquisa com 376 mil alunos do 1º ano do ensino médio das escolas estaduais para identificar as áreas de preferência. Linguagens foi a que teve maior manifestação de interesse, de 56% dos jovens. Em seguida, foram as áreas de ciências humanas (44%), matemática (34%) e ciências da natureza (30%). Os alunos podiam indicar mais de um itinerário.

Em São Paulo, ficou definido que todas as escolas devem oferecer obrigatoriamente as quatro áreas do conhecimento, mesmo que só consigam formar dois itinerários. Por exemplo, uma unidade pode combinar linguagens e ciências humanas, caso não consiga ofertá-los de forma separada para cada turma.

Para isso, algumas unidades terão de ampliar o número de turmas que atendem. Segundo a secretaria, 880 escolas estaduais têm apenas uma turma de cada série do ensino médio. Elas precisam obrigatoriamente ao menos duplicar as turmas para ofertar dois itinerários diferentes aos estudantes.

Com o aumento de salas, a secretaria calcula que, a partir de 2022, as escolas terão 121 mil aulas a mais para serem distribuídas entre os professores. Para atender essa ampliação, a pasta planeja contratar 10 mil novos docentes.

A contratação ainda depende de aprovação na Assembleia Legislativa.

## EM DEFESA PRÓPRIA

# Sob pressão, Bolsonaro propõe a recondução de Aras na PGR

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que encaminhou ao Senado a proposta de recondução de Augusto Aras para a Procuradoria-Geral da República.

A mensagem foi publicada pelo mandatário no Twitter. "Encaminhei ao Senado Federal mensagem na qual proponho a recondução ao cargo de Procurador-Geral da República o Sr. Antônio Augusto Aras", escreveu Bolsonaro.

Em nota, Aras agradeceu ao presidente. "Honrado com a recondução para o cargo de procurador-geral da República, reafirmo meu compromisso de bem e fielmente cumprir a Constituição e as leis do país."

O anúncio da recondução ocorre em um momento de pressão política tanto a Bolsonaro como a Aras, indicado pelo presidente nas duas oportunidades fora da lista tríplice elaborada pelos procuradores

da República.

O presidente e seu governo vêm assistindo a uma escalada de impopularidade. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje seu principal adversário, ampliou vantagem nas intenções de voto para 2022 e cravou 58% a 31% no 2º turno, segundo pesquisa mais recente do Datafolha.

Uma das atribuições de Aras em um eventual segundo mandato na PGR será o de avaliar o

relatório final da CPI da Covid do Senado, a ser enviado ainda neste ano à Procuradoria-Geral da República.

O primeiro mandato de Aras só acaba em setembro, mas Bolsonaro decidiu já anunciar agora a recondução. Em 2015, por exemplo, quando indicou Rodrigo Janot para mais dois anos à frente da PGR, Dilma Rousseff (PT) enviou a mensagem ao Senado apenas na segunda semana de agosto.

poderá decidir juntar a investigação de Miranda à de Bolsonaro, que já está em andamento, abrir um inquérito separado para analisar a conduta do deputado ou, até mesmo, arquivar o pedido. Caso seja entendido que a omissão do presidente da República aconteceu, então a denúncia contra Miranda será descartada. Se a percepção for de que não houve omissão por parte de Bolsonaro, o argumento de denúncia caluniosa poderia ser utilizado. Os depoimentos dados pelo deputado e pelo seu irmão, Luís Ricardo Miranda, apontariam para Bolsonaro ter cometido prevaricação. Isso porque o presidente não teria tomado as devidas providências para impedir um superfaturamento na compra da vacina e/ou outras possíveis irregularidades. Além disso, Luís Ricardo Miranda, funcionário do Ministério da Saúde, relatou ter sofrido pressões no trabalho para apoiar o negócio com a farmacêutica da Covaxin.

## CRACOLÂNDIA

# Delegado é investigado por 'operação Rambo'

Como que encarnando o icônico personagem John Rambo, o "exército de um homem só" vivido por Sylvester Stallone nos cinemas, um delegado da Polícia Civil de São Paulo decidiu deflagrar, sozinho, uma operação na região da cracolândia, no centro da capital, área controlada por criminosos do PCC.

"Operação São Paulo em andamento. De volta às ruas. Mas agora sozinho. O tio Da Cunha só sabe uma coisa: para cima deles!", postou nas redes sociais o delegado Carlos Alberto da Cunha, 42, com uma foto em que segura uma pistola na mão enquanto olha fixo um grupo de pessoas na cracolândia.

Em princípio, tudo não passou de uma encenação para agradar a legião de fãs. Cunha é um fenômeno das redes sociais, com mais de 3 milhões de seguidores. Segundo a Secretaria da Segurança, o dele-

gado está em férias e nenhuma operação oficial foi feita na região da Nova Luz pela 4ª Seccional Norte.

A postagem teve, porém, repercussão negativa na cúpula da Polícia Civil de São Paulo, que determinou, na sexta-feira passada, abertura imediata de um procedimento disciplinar para apurar o caso. Delegados ouvidos pela reportagem consideraram a postagem uma afronta, já que Cunha vem respondendo a outros procedimentos internos (a maioria por conta de postagens em redes sociais) e por isso foi afastado das operações de rua.

De acordo com integrantes do comando da Segurança Pública ouvidos pela reportagem, o delegado pode ser demitido. Na avaliação dos chefes, embora possa agradar aos fãs nas redes sociais, no meio policial o delegado "vem sendo ridicularizado e ridicularizando a imagem da Polícia Civil".

## Nota

## PF ACIONA STF PARA INVESTIGAR DEPUTADO LUÍS MIRANDA POR ACUSAÇÃO CONTRA BOLSONARO

A PF (Polícia Federal) entregou, ontem, um pedido ao STF (Supremo Tribunal Federal) para investigar o deputado Luís Miranda (DEM-DF) por possível denúncia caluniosa contra Jair Bolsonaro. O deputado disse ter alertado o presidente sobre supostas irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin, da Bharat Biotech, no início de 2021. O pedido partiu do ministro da Justiça Anderson Torres que alegou relato de "fatos inverídicos" por parte de Miranda sobre o caso Covaxin. O processo, agora, foi encaminhado para avaliação da ministra Rosa Weber, do STF. A ministra é relatora do inquérito que apura a suspeita de prevaricação por parte de Bolsonaro. A partir disso, Rosa Weber





## CASO HENRY

## Justiça mantém prisão preventiva de Jairinho e Monique Medeiros

O juiz Daniel Werneck Cotta, da 2ª Vara Criminal da capital do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), manteve a prisão preventiva de Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho, e de Monique Medeiros da Costa e Silva de Almeida, acusados da morte de Henry Borel, em 8 de março deste ano. Filho de Monique, o menino conviveu com Jairinho, que na época era veedor do Rio pelo partido Solidariedade, quando ele se tornou namorado dela.

De acordo com a polícia, a morte de Henry, de 4 anos, foi causada por agressões que ele sofreu no apartamento em que morava com o casal, mas antes disso, já tinha passado por torturas no dia 12 de fevereiro, conforme indicaram mensagens de celulares entre Monique e a babá Thayna, recuperadas pela polícia com a utilização do software israelense Cellebrite Premium. A criança foi levada para o Hospital Barra D'Or, na zona oeste do Rio, mas chegou morto, conforme avaliação médica.

Para o magistrado, "a prisão permanece imprescindível, ainda, para se assegurar a instrução criminal". O juiz destacou que a primeira fase de instrução sequer se iniciou e que foram arroladas testemunhas que mantinham contato estreito com os acusados e familiares da vítima para prestar depoimentos em juízo.

"Assim, impositivo que este juízo zele pela tranquilidade das testemunhas que eventualmente serão ouvidas durante o curso da instrução. Repise-se que os crimes imputados teriam sido cometidos com extrema covardia e agressividade e, portanto, a liberdade dos acusados poderia causar justificável temor às testemunhas, impedindo seu comparecimento", observou.

Daniel Werneck Cotta lembrou que há notícias de coação anterior de testemunhas pelos acusados, que as teriam forçado a mentir e/ou omitir aspectos relevantes à elucidação do caso, quando foram prestar declarações à polícia.

## BISPOS CORRUPOTOS

## Angola rejeita receber delegação pró-Universal

O presidente de Angola, João Manuel Lourenço, rejeitou receber uma delegação parlamentar brasileira para defender os interesses da Igreja Universal do Reino de Deus no país africano. O pedido para que Lourenço aceitasse se encontrar com uma missão liderada pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), bispo licenciado da Universal, foi feito pelo vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB), que se encontrou com o líder angolano na semana passada.

Mourão viajou a Luanda para a cúpula da CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa) e teve uma reunião bilateral com Lourenço. O governo Jair Bolsonaro tem sido cobrado pela Universal e pela bancada evangélica para se engajar na defesa da instituição em Angola, onde a igreja liderada pelo bispo Edir Macedo enfrenta uma crise. Religiosos locais se rebelaram, acusaram missionários brasileiros de crimes financeiros e tomaram o controle de templos. Preocupado com a

perda de apoio na base evangélica, Bolsonaro escalou Mourão, como mostrou o jornal O Estado de S. Paulo, para fazer um apelo diretamente a Lourenço, aproveitando para tanto a agenda da CPLP. Os países do grupo debateram durante a cúpula temas como reforma da entidade e segurança regional, como o avanço de jihadistas no norte de Moçambique.

De acordo com interlocutores, foram dois os pedidos do vice a Lourenço sobre a Universal: que o governo angolano garantisse um tratamento justo à igreja nos processos judiciais que correm contra a denominação no país e que o presidente de Angola recebesse uma missão de parlamentares evangélicos. Mas o vice não encontrou qualquer disposição de Lourenço de atender os pleitos da ala brasileira da igreja.

Lourenço justificou que não era adequado que uma delegação de congressistas fosse recebida pelo Poder Executivo local. Disse que uma missão de congressistas brasileiros seria sempre bem-vin-

da para se reunir com deputados angolanos, sempre que devidamente convidada pelo Congresso do país. Na prática, Lourenço fechou as portas, ao menos no curto prazo, para a visita almejada pela bancada evangélica.

O líder angolano tem forte influência sobre o Congresso local e não deu sinais de que pretenda apoiar um convite nesse sentido.

Na avaliação de pessoas que acompanham o tema, ficou claro após a visita de Mourão que o governo de Angola não tem interesse político em fazer gestos ao comando brasileiro da igreja.

A irritação de Lourenço com a Universal hoje é praticamente irreversível, segundo interlocutores. A gota d'água foram comentários feitos em telejornal da Record no Brasil vinculando a primeira-dama de Angola, Ana Dias Lourenço, a casos de corrupção - episódio que ganhou repercussão em veículos de imprensa europeus.

A Igreja Universal controla no Brasil a TV Record e o Republicanos, partido que dá apoio a Bolso-

naro no Congresso. A formação de uma missão de congressistas evangélicos a Angola foi decidida após reunião no Itamaraty, em maio, em que deputados ligados a igrejas se queixaram de falta de apoio do governo Bolsonaro no tema. O encontro ocorreu poucos dias depois de 34 brasileiros ligados ao trabalho missionário da Universal receberem notificação de autoridades em Luanda de que seriam deportados.

Desde então, Bolsonaro tem tentado mostrar a lideranças evangélicas que está empenhado em defender a Igreja Universal na crise no país africano. O principal gesto feito até o momento foi a escolha do ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella como novo embaixador do Brasil na África do Sul. Crivella também é bispo licenciado da Universal. A designação de Crivella gerou queixas de autoridades do governo de Angola, que temem que ele transforme a missão diplomática em um posto avançado da igreja no continente africano.

## GERA ENERGIA RIO S.A.

CNPJ Nº 26.634.369/0001-40

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em MRS)				Demonstração do resultado em 31 de dezembro (Em MRS)				Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em MRS)				Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro (Em MRS)			
Ativo	Notas	2019	2018	Notas	2019	2018	Notas	2019	2018	Notas	2019	2018	Notas	2019	2018
<b>Circulante</b>		300	833		3	2.731		1.898			2019	2018		2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		128	65	Receita líquida, operacional		(40)		(504)		Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Contas a receber		1	-	Custo das vendas		2.691		1.394		Superavit do exercício	368	665	Superavit do exercício	368	665
Adiantamento a fornecedor		-	758	Lucro bruto	4	(2.048)		(427)		<b>Ajustes</b>			<b>Ajustes</b>		
Outros adiantamentos		167	-	Despesas gerais e administrativas		46		-		Depreciação e amortização de outros ativos	1.469	-	Depreciação e amortização de outros ativos	1.469	-
Impostos a recuperar		0	5	Outras receitas (despesas) operacionais		689		967		Aumento (redução) nos ativos operacionais	(1)	(5)	Aumento (redução) nos ativos operacionais	(1)	(5)
Partes Relacionadas		4	4	Lucro operacional		(30)		(108)		Contas a receber	5	4	Contas a receber	5	4
Outros Créditos		-	1	Despesas financeiras		(30)		(108)		Partes relacionadas	-	1.188	Partes relacionadas	-	1.188
<b>Não circulante</b>		17.040	17.056	Recargas (despesas) financeiras, líquidas		660		859		Adiantamento, despesas antecipadas e outros	592	-	Adiantamento, despesas antecipadas e outros	592	-
Imobilizado	2	17.040	17.056	Lucro antes do IR e contribuição social		(292)		(194)		Aumento (redução) nos passivos operacionais	(42)	(536)	Aumento (redução) nos passivos operacionais	(42)	(536)
<b>Total do ativo</b>		17.340	17.889	Imposto de Renda e Contribuição Social		368		665		Fornecedores e outras contas a pagar	55	(4.803)	Fornecedores e outras contas a pagar	55	(4.803)
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		488	291	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		368		665		Partes relacionadas	(348)	(85)	Partes relacionadas	(348)	(85)
<b>Circulante</b>		488	291	<b>Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro (Em MRS)</b>		2019		2018		Tributos a recolher	(27)	0	Tributos a recolher	(27)	0
Fornecedores		55	-	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		368		665		Dividendos e JSCP a pagar	(559)	1	Dividendos e JSCP a pagar	(559)	1
Impostos a recolher		49	75	Resultado abrangente total do exercício		368		665		Outras Contas a Pagar	4	0	Outras Contas a Pagar	4	0
Salários, provisões e contribuições sociais		12	54	<b>Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em MRS)</b>		2019		2018		Caixa líquido - atividades operacionais	1.517	(4.017)	Caixa líquido - atividades operacionais	1.517	(4.017)
JSCP e dividendos a pagar		158	158	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2019		2018		Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Partes Relacionadas		210	3	Superavit do exercício		368		665		Aquisição de ativo fixo	(1.454)	(8.249)	Aquisição de ativo fixo	(1.454)	(8.249)
Outras contas a pagar		5	1	<b>Ajustes</b>		1.469		-		Baixa de ativo fixo	-	834	Baixa de ativo fixo	-	834
<b>Não circulante</b>		140	695	Depreciação e amortização de outros ativos		1.469		-		<b>Caixa líquido - atividades de investimento</b>	(1.454)	(7.414)	<b>Caixa líquido - atividades de investimento</b>	(1.454)	(7.414)
Partes Relacionadas		140	695	Aumento (redução) nos ativos operacionais		(1)		(5)		<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		11.079	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		11.079
<b>Patrimônio Líquido</b>		16.712	16.903	Contas a receber		5		4		Aumento de capital	-	11.079	Aumento de capital	-	11.079
Capital social		16.513	16.513	Tributos a recuperar		-		-		<b>Caixa líquido - atividades de financiamentos</b>	0	11.079	<b>Caixa líquido - atividades de financiamentos</b>	0	11.079
Reservas de lucros		(169)	(275)	Partes relacionadas		-		1.188		(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	63	(353)	(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	63	(353)
Lucros e Prejuízos período		368	665	Adiantamento, despesas antecipadas e outros		592		-		Caixa e equivalentes de caixa no início do período	65	418	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	65	418
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		17.340	17.889	Aumento (redução) nos passivos operacionais		-		(447)		Caixa e equivalentes de caixa no final do período	128	65	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	128	65
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em MRS)</b>		Ca-pital Social	Re-serva legal	Re-serva de Lucros acumulados	Lucros Contro-ladora	Total				(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	63	(353)	(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	63	(353)
		5.434		(117)	5.317					Proventos e encargos a pagar	(42)	(536)	Proventos e encargos a pagar	(42)	(536)
Saldos em 31/12/17		-	-	-	665	665				Fornecedores e outras contas a pagar	55	(4.803)	Fornecedores e outras contas a pagar	55	(4.803)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	665	665				Partes relacionadas	(348)	(85)	Partes relacionadas	(348)	(85)
Destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-				Tributos a recolher	(27)	0	Tributos a recolher	(27)	0
Reserva legal		33		(33)	-	-				Dividendos e JSCP a pagar	(559)	1	Dividendos e JSCP a pagar	(559)	1
Reserva de Retenção de lucros		-	357	(357)	-	-				Outras Contas a Pagar	4	0	Outras Contas a Pagar	4	0
Distribuição de lucros		-	-	(158)	(158)	(158)				Caixa líquido - atividades operacionais	1.517	(4.017)	Caixa líquido - atividades operacionais	1.517	(4.017)
Aumento de Capital Social		11.079	-	-	11.079	-				Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Saldos em 31/12/18		16.513	33	357	0	16.903				Aquisição de ativo fixo	(1.454)	(8.249)	Aquisição de ativo fixo	(1.454)	(8.249)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	368	368				Baixa de ativo fixo	-	834	Baixa de ativo fixo	-	834
Destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-				<b>Caixa líquido - atividades de investimento</b>	(1.454)	(7.414)	<b>Caixa líquido - atividades de investimento</b>	(1.454)	(7.414)
Distribuição de lucros		-	-	-	(559)	(559)				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		11.079	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		11.079
Saldos em 31/12/19		16.513	33	357	(191)	16.712				Aumento de capital	-	11.079	Aumento de capital	-	11.079
<b>DIRETOR FINANCEIRO:</b> José Eduardo de Queiroz Vieira Baêta Neves <b>CONTADOR:</b> Rafael Atalla Moreira - CRC/RJ 115927-0.										<b>Caixa líquido - atividades de financiamentos</b>	0	11.079	<b>Caixa líquido - atividades de financiamentos</b>	0	11.079
A íntegra das notas explicativas e o relatório da auditoria estão disponíveis na sede da Companhia.										(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	63	(353)	(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	63	(353)

## GERA ENERGIA RIO S.A.

CNPJ Nº 26.634.369/0001-40

Balanco patrimonial em 31/12/20 e 2019 (Em MRS)				Demonstração do resultado em 31/12/20 e 2019 (Em MRS)				Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/20 e 2019 (Em MRS)				
Ativo	Notas	2020	2019	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>		1.761	300	Receita líquida, operacional		3.091		2.731		Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa		25	128	Custo das vendas		(491)		(40)		Superavit do exercício	712	368
Contas a receber		8	1	Lucro bruto	4	2.600		2.691		<b>Ajustes</b>		
Adiantamento a fornecedor		4	-	Despesas gerais e administrativas	5	(1.543)		(2.048)		Depreciação e amortização de outros ativos	1.474	1.469
Outros adiantamentos		1.645	167	Outras receitas (despesas) operacionais		-		46		Aumento (redução) nos ativos operacionais	(87)	(1)
Impostos a recuperar		-	4	Lucro operacional		1.057		689		Contas a receber	0	5
Partes Relacionadas		15.827	17.040	Receitas financeiras		-		-		Tributos a recuperar	0	5
Adiantamentos		1.482	1.221	Despesas financeiras		(14)		(30)		Partes relacionadas	4	-
Imobilizado	3	14.345	15.819	Recargas (despesas) financeiras, líquidas		(14)		(30)		Adiantamento, despesas antecipadas e outros	(1.742)	(28)
<b>Total do ativo</b>		17.588	17.340	Lucro antes do IR e contribuição social		1.043		660		Aumento (redução) nos passivos operacionais	(6)	(42)
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		295	488	Imposto de Renda e Contribuição Social		(331)		(292)		Proventos e encargos a pagar	(52)	55
<b>Circulante</b>		295	488	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		712		368		Partes relacionadas	(245)	(348)
Fornecedores		3	55	<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/20 e 2019 (Em MRS)</b>		Capital Social	Re-serva legal	Re-serva de Lucros acumulados	Lucros Total	Tributos a recolher	3	(27)
Impostos a recolher		52	49	Saldos em 31/12/18		16.513	33	357	0	Dividendos e JSCP a pagar	(167)	(559)
Salários, provisões e contribuições sociais		7	12	Lucro líquido do exercício		-	-	368	368	Outras Contas a Pagar	3	4
JSCP e dividendos a pagar		121	158	Destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	Caixa líquido - atividades operacionais	(103)	896
Partes Relacionadas		105	210	Distribuição de lucros		-	-	(559)	(559)	Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Outras contas a pagar		7	4	Saldos em 31/12/19		16.513	33	357	(191)	16.712		
<b>Não circulante</b>		-	140	Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	Aquisição de ativo fixo	-	(833)
Partes Relacionadas		-	140	Destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	<b>Caixa líquido - atividades de investimento</b>	(103)	63
<b>Patrimônio Líquido</b>		17.293	16.712	Reserva legal		26		(26)	-	(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	128	65
Capital social		16.513	16.513	Reserva de retenção de lucros		-		(364)	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25	128
Reservas de lucros		68	(169)	Distribuição de lucros		-	-	(130)	(130)	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	128	65
Lucros e Prejuízos período		712	368	Saldos em 31/12/20	</							